



**LITERATURA DA DIÁSPORA INDÍGENA BRASILEIRA: um ensaio sobre
a urgência**

**LITERATURE OF THE BRAZILIAN INDIGENOUS DIASPORA: an essay
on the urgency**

**LITERATURA DE LA DIÁSPORA INDÍGENA BRASILEÑA: un ensayo
sobre la urgencia**

Jr. Bellé¹

Resumo: Pensar a produção literária da diáspora indígena brasileira, e analisá-la a partir de campos interdisciplinares, é imprescindível para compreendermos fenômenos contemporâneos que reivindicam a ancestralidade, e discutem a complexa teia identitária nacional. Este ensaio é uma reflexão e um chamado para que pesquisadores e pesquisadoras tomem contato com a literatura produzida por indígenas levados a abandonar seus territórios: essa dinâmica que perpassa texto, biografia, violência e resistência vem ensejando grandes obras, que infelizmente ainda permanecem fora da maioria dos radares acadêmicos.

Palavras-chave: Literatura indígena; Diáspora; Ellen Lima.

Abstract: Thinking about the literary production of the Brazilian indigenous diaspora, and analyzing it from interdisciplinary fields, is essential to understand contemporary phenomena that claim ancestry, and discuss the complex web of national identity. This essay is a reflection and a call for researchers to make contact with the literature produced by indigenous people who were

¹ Jr. Bellé é mestre em Estudos Culturais pela EACH-USP, e doutorando em Estudos Literários pela UFPR. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7646-7630>. Email: jrbellejr@gmail.com.

forced to abandon their territories: this dynamic that permeates text, biography, violence and resistance has produced great works, which unfortunately still remain outside the majority of academic radars.

Keywords: Indigenous Literature; Diaspora; Indigenous Poetry; Ellen Lima.

Resumen: Pensar la producción literaria de la diáspora indígena brasileña, y analizarla desde campos interdisciplinarios, es fundamental para comprender los fenómenos contemporáneos que reivindican la ancestralidad y discutir la compleja trama de la identidad nacional. Este ensayo es una reflexión y un llamado a los investigadores a tomar contacto con la literatura producida por indígenas que se vieron obligados a abandonar sus territorios: esta dinámica que atraviesa texto, biografía, violencia y resistencia ha producido grandes obras, que lamentablemente aún permanecen fuera del la mayoría de los radares académicos.

Palabras clave: Literatura Indígena; Diáspora; Ellen Lima.

INTRODUÇÃO: chamado para a ação

Este breve ensaio deseja jogar luz sobre uma urgência que nos cabe, pesquisadores do campo dos Estudos Culturais e dos Estudos Literários, a de direcionarmos nossa atenção para a literatura produzida pela, e durante, a diáspora indígena brasileira, infelizmente ainda em curso. Antes, destaco um óbvio alerta (que mesmo sendo óbvio, ou talvez justamente por isso, precisa ser destacado): pesquisadores e pesquisadoras que, como eu, não pertencem diretamente a uma ancestralidade indígena, devem desenvolver tais investigações de maneira respeitosa, como um convite a pesquisadores indígenas, acadêmicos ou não, para tomarem as rédeas de futuros e mais profundos mergulhos neste tema, sempre com vistas à valorização desta produção literária.

No título deste ensaio evoco o conceito de “diáspora” para me referir à literatura feita por escritores e escritoras indígenas que sofrem ou sofreram um processo de migração forçada de seus territórios ancestrais. No entanto, este termo é apenas um empréstimo, e este ensaio é um chamado à reflexão: é possível que outra palavra já existente, ou ainda a ser cunhada, possa dar conta da realidade de desterro dos povos e das pessoas indígenas no Brasil de maneira mais adequada. Tal ponderação se mostra ainda mais cabível ao dialogarmos com o pequeno percurso histórico traçado pelas pesquisadoras Lúcia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier no artigo “Pensando a Diáspora Atlântica”. Segundo

elas, o termo “diáspora” se refere maiormente à *dispersão forçada* do povo africano pelo mundo atlântico para, em seguida, ser estendido a processos semelhantes no Mediterrâneo e no mundo Índico. Mas é importante pontuar que “diáspora” é um conceito pinçado da Bíblia, particularmente de Deuteronômio 28:25, a partir das traduções gregas que unem o termo *dia*, que significa “através”, e o termo *sperirein*, que significa “semear” ou “dispersão”. (SILVA; XAVIER, 2018, p. 02).

Para além do sentido religioso aonde ele foi usado para definir a migração dos judeus dispersos pelo mundo depois do cativeiro da Babilônia, o termo também foi usado para designar migrações traumáticas. Em algumas publicações do século XX este termo foi utilizado para se referir às diásporas gregas e armênias e seu sentido voltado para dispersões religiosas judaica e cristã. Na década de 1960 o termo passou a ter seu sentido ampliado, mais precisamente em 1965, quando George Shepperson reuniu pela primeira vez os termos “diáspora” “africana”. Ao cunhar esta expressão ele afirma que quis explicitamente fazer paralelo entre a diáspora judaica e a dispersão de africanos como consequência do tráfico de escravos. (SILVA; XAVIER, 2018, p. 02)

A busca por um termo adequado carece de dados mais precisos a respeito da migração forçada de pessoas indígenas, para que, a partir deles, possamos dimensionar suas causas e consequências e, por extensão, ou ombreá-lo a outros eventos históricos semelhantes que já possuem um rol de conceitos, ou concluir que uma das primeiras tarefas é construir novos entendimentos e nomear seus processos.

Segundo o Censo de 2010², o último publicado até a produção deste ensaio, existe no Brasil aproximadamente 897 mil pessoas indígenas, 305 etnias e 274 diferentes línguas. Apenas 57,7% dessa população vive atualmente em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. Das demais 379 mil, cerca de 80 mil vivem em áreas rurais e 298 mil em áreas urbanas. Durante nossa pesquisa, encontramos inúmeros estudos qualitativos que tentavam pormenorizar as razões que imbuíam este enorme contingente populacional a abandonar suas terras originárias. E aqui nos deparamos com uma dificuldade: estes estudos costumam ser particularizados em povos e, ainda mais comumente, em Terras Indígenas específicas, afinal cada

² Os dados que serão apresentados podem ser conferidos no documento “O Brasil Indígena”, feito pelo IBGE, que compila alguns dos mais relevantes dados de 2010 e pode ser consultado no seguinte enlace: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf

território possui características distintas e uma história bastante particular, o que influencia diretamente as condições e motivações migratórias. Ao tentar estabelecer padrões mais abrangentes de análise dessas migrações, os pesquisadores da UFMG, Claudia Ayer, Elaine Vilela, Wagner Chagas e Marden Campos, no artigo “A Migração dos indígenas em Minas Gerais na década de 2000”, resumiram a dificuldade.

No Brasil, textos tratando do tema foram publicados nos últimos anos por pesquisadores de áreas como a antropologia, a história, a geografia, a sociologia e a demografia. É importante destacar que, em sua maioria, esses trabalhos direcionam-se para o estudo de etnias específicas e pontos localizados no território, e não para áreas mais amplas ou mesmo para o país como um todo. São também focados nas migrações internas. Desse modo, há certa dificuldade em saber se há algum tipo de comportamento comum aos indígenas, em termos de migração no Brasil, ou se as especificidades contextuais impedem a construção de formas de análises generalizadoras ou abrangentes. (AYER; VILELA; CHAGAS; CAMPOS, 2019, p. 02)

Ainda que seja bastante arriscado recair em generalismos, é possível intuir algumas condições que atravessam particularidades socioculturais e territoriais. Certamente que para se alcançar um nível maior de segurança sobre os itens intuídos, ou para que evoluam da intuição para a verificação, é recomendável uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema. Com o intuito de não escorregamos demais nesses perigos, permaneceremos na superfície, elencando razões históricas e contemporâneas bastante óbvias: conflitos de terra (e a violência e tortura física e psicológica que deles decorrem), pobreza e miséria, falta de assistência do poder público, busca por melhores condições de vida, busca por melhores condições de educação e saúde, possibilidade de ascensão social, necessidade ou desejo de encontrar um emprego, etc.

Essas razões trazem consigo heranças e geram consequências. Não é necessária muita perspicácia para inferi-las, um simples acompanhamento do noticiário já nos garante um excelente retrato desta realidade. Já para um retrato histórico há uma fartura bibliográfica, vinda da antropologia, da etnografia, da história e do jornalismo, que dão conta de ao menos parte da trajetória de desrespeito aos territórios, povos e pessoas indígenas ao longo de mais de 500 anos.

Outro material que nos aponta caminhos, particularmente para esmiuçamos o tema da violência, é o relatório da Comissão Pastoral da Terra³ (CPT), que anualmente quantifica e analisa os conflitos por terra e água, além de questões trabalhistas, em todo território nacional. Conforme os dados parciais de 2022, apenas no primeiro semestre ocorreram 759 conflitos no campo, envolvendo 113.654 famílias. Destes, 601 correspondem a conflitos por terra, 105 a conflitos pela água, e 42 a conflitos trabalhistas (41 casos de trabalho escravo e 1 caso de superexploração). Por fim, até o momento da publicação dos dados parciais, a CPT já contabilizava 33 assassinatos decorrentes destes conflitos, o que indica um aumento de, pelo menos, 5,44% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Se pensarmos apenas nos conflitos por terra, no que diz respeito aos grupos que sofreram violências, os indígenas lideram com 34,66% dos casos, seguidos pelos quilombolas, com 23,10%. O maior causador da violência, com 27% das ações, foi o Governo Federal, seguido de fazendeiros, grileiros, empresários e madeireiros. O mesmo ocorre com a água, em que os principais atingidos por ações violentas são os indígenas, 26%, seguido dos quilombolas, 22%. Segundo a CPT, de 2019 a 2022, sete crianças e adolescentes foram mortos no campo, destes, quatro eram indígenas. Além disso, as maiores vítimas dos conflitos por terra registrados na Amazônia Legal foram também os indígenas, 36%, seguidos pelos quilombolas, 25%. Importante mencionar que o relatório da CPT já dava conta de um aumento de 75% no número de mortes por conflitos de terra no Brasil entre 2020 e 2021.

Quando se analisa um cenário mais amplo das causas de morte de pessoas indígenas, que incluem não apenas assassinatos, mas mortes causadas indiretamente pela violência no campo (invasão de garimpeiros a territórios originários, contaminação de plantações e águas, transmissão de doenças, etc.), a CPT contabilizou, em 2021, 109 mortes apenas na Amazônia Legal, sendo que 101 delas são pessoas do povo Yanomami. Além disso, são 27 tentativas de assassinato, 132 ameaças de morte, 75 agressões físicas com ferimentos diversos e 13 ocorrências de tortura.

³ Os dados aqui incluídos podem ser conferidos na página da Comissão Pastoral da Terra, especificamente por este enlace: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6202-dados-parciais-aumentam-as-ocorrencias-de-conflitos-por-terra-resgatados-do-trabalho-escravo-e-assassinatos-em-2022>

Esta ligeira, porém desesperadora amostragem de dados, nos oferta um primeiro e parcial panorama sobre um dos motivos desta migração forçada - a violência histórica e permanente: ela atravessa quase todos os motivos que explicam parte da realidade diaspórica destas pessoas. Ou seja, nesse caso o abandono da terra originária não decorre de um desejo individual ou coletivo, mas de uma necessidade de sobrevivência. Assim, se apresenta diante de nós, mais uma vez, o mesmo desafio: como nomear esse processo? Seria uma migração pura e simplesmente? Muitos pesquisadores, como os da UFMG citados aqui, que muito contribuíram para as investigações em seus campos, lançam mão exatamente desse termo: se encerraria, portanto, a questão? Devemos rebatizar esse ensaio de “Literatura da migração indígena brasileira”?

Segundo a Organização Internacional para Migração das Nações Unidas⁴ (IOM), um migrante é uma pessoa que está em movimento, ou já se movimentou, seja por uma fronteira internacional ou nacional. No caso dos povos indígenas, esse trânsito diz respeito ao abandono de seu território para qualquer outro lugar. Para a IOM, não interessa a situação jurídica da pessoa, tampouco se a migração foi voluntária ou involuntária, não importam os motivos do deslocamento e nem sua duração: todos são migrantes⁵.

Se para as Nações Unidas é importante generalizar o termo “migrante”, a fim de ampliar a luta por direitos de um número maior de pessoas em diferentes condições e regiões; é importante para nós, pesquisadores dos Estudos Culturais e Literários, e de outros campos das ciências humanas, aprofundarmos e nomearmos adequadamente o fenômeno de migração forçada das pessoas indígenas em território brasileiro. Não me parece que estas pessoas sejam simples migrantes, mas talvez uma população diaspórica que, como a africana, é composta de diferentes etnias, culturas e realidades. Há diante de nós um desafio e um chamado.

LITERATURA: um portal de análise

⁴ A definição completa pode ser lida no site oficial da IOM: <https://www.iom.int/about-migration>

⁵ Para mais informações sobre o tema, sugiro o material “Indígenas Migrantes”, organizado por Débora Castiglione, que pode ser acessado neste enlace: <https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-belo-horizonte/indigenas-migrantes.pdf>

Estas pessoas, forçadas a deixar seu território, são expostas a incontáveis vulnerabilidades, entre elas a pobreza, a desintegração e quiçá o desaparecimento de suas formas tradicionais de vida e cultura, a perda de sua língua, as imensas complexidades de adequação à nova comunidade, bem como a ressignificação de sua própria identidade e de seus valores, a diferentes violências físicas e psicológicas, etc. Uma maneira de ler esse processo e compreender a extensão dessa realidade em suas labirínticas reverberações é através da literatura. As obras produzidas por escritores e escritoras indígenas que sofreram com o processo de migração forçada, ou que foram diretamente impactados por ele, é um portal de análise não apenas antropológico ou situacional, mas especialmente um campo de estudo literário capaz de se conectar de maneira íntima com outras áreas das ciências humanas, bem como com a própria realidade concreta, mesmo quando - e talvez especialmente quando - essa produção é fantástica ou figurativa.

Da mesma forma que as literaturas de nomes como Oswaldo de Camargo, Conceição Evaristo, James Baldwin e Toni Morrison, apenas para citar alguns, podem ser analisadas e colocadas em diálogo a partir da ideia de que são expressões da literatura da diáspora africana na América, e portanto uma maneira incrivelmente rica de ler suas contribuições para a história e a contemporaneidade; é possível colocar em diálogo, a partir da ideia de literatura da diáspora indígena brasileira, as obras de escritores, escritoras e poetas como Eliane Potiguara, Márcia Wayna Kambeba, Ellen Lima, Daniel Munduruku, Kaká Werá, Cristino Wapichana, etc.

Não quero aqui comparar ambas literaturas, negra e indígena, mas pontuar que a produção literária decorrente da diáspora africana na América já é um campo de estudo consolidado e que tem contribuído enormemente para diferentes áreas do conhecimento - Literatura Comparada, Estudos Literários, Estudos Culturais, Estudos Biográficos, etc. Me parece evidente que estudar a literatura da diáspora indígena (ou da sua migração forçada, ou da sua desterritorialização, ou o termo que venha a ser mais adequado) pode tornar-se, da mesma forma, um campo incrivelmente rico de análise para estas mesmas áreas.

O objetivo deste ensaio não é investigar as obras dessas escritoras, tampouco começar a talhar as ferramentas de investigação, mas atentar para essa excelente e volumosa produção literária através da lente do deslocamento, do trânsito, da dispersão. Atentar para uma realidade viva e pulsante que está, agora mesmo, sendo escrita e conquistando profundas expressões poéticas. Apenas

como breve exercício, e oxalá como inspiração, trago para a reflexão final um poema do (até agora) único livro da poeta Ellen Lima, intitulado “Ixé Ygara Voltando pra ’ Y’kûá (sou canoa voltando pra enseada do rio)”.

Yby⁶

A poranduba fazia calar:
mamõ-pe ere-îkobé?
Não sabia explicar
que venho de uma casa
com chão de água
e parede de ar.
Que na frente tem a estrada de barro,
e caminhos marcados de grão
vindo e indo pra todo lugar.
Casa, floresta ou cidade
não sabe de identidade
só sabe ser o que é.
A-ikobé mim pupé.
(LIMA, 2021, p. 19)

Apontamos que uma das vulnerabilidades a que são expostas as pessoas impactadas pela migração forçada, é a ressignificação de sua própria identidade e de seus valores. O poema “Yby”, de Ellen Lima, tematiza esse dilema. Ellen verseja que vem de uma casa “com chão de água”, ou seja, ao invés de sustentar o peso do seu corpo, o chão da casa o engole e nele a poeta afunda: não há estabilidade e concretude que um chão evoca, mas fluidez e profundidade. Essa referência à água, além do caráter metafórico, pode ser lida biograficamente como uma referência à cidade do Rio de Janeiro, como veremos. Em seguida, a poeta escreve que “não sabe de identidade”, se “casa, floresta ou cidade”, só sabe que vem de dentro de si mesma: “casa” é esse lugar com chão de água (a água que afoga, mas que limpa), “floresta” pode ser lido como um passado que a poeta busca reencontrar, e “cidade” é sua realidade diaspórica. Afinal, Ellen é indígena do povo Wassu Cocal, de Maceió, Alagoas, mas ainda pequena mudou-se com a família para a periferia do Rio de Janeiro, onde cresceu dividida entre duas identidades muito poderosas: a identidade indígena e a identidade periférica carioca. Ter o corpo, os valores, a alma e a história tensionados entre duas

⁶ Yby: Terra; Poranduba: pergunta; Mamõ-pe ere-îkobé: de onde você é/onde você vive; A-ikobé: eu venho/eu moro; Pupé: em/dentro de. (LIMA, 2021, p. 15,19).

identidades tão densas, e por vezes conflitantes, gerou na poeta complexidades muito particulares, bem como uma fonte de ebulição literária.

E eu sabia, de algum modo, que era filha da terra, da floresta, e da água. E que ser indígena também era algo como isso. Mas no meio do caminho tinha uma diáspora. E apesar de ter vivido uma parte da primeira infância lá, a filha de Bibiu, neta de dona Alice Menina, sobrinha de Hibes Menino (guerreiro Wassu cruelmente sequestrado e assassinado enquanto lutava pela demarcação das terras de Cocal), cresceu na periferia do Rio de Janeiro alimentada por conflitos daquilo que chamam de “identidade”. (...) E nas dúvidas entre Rio, periferia, aldeia e mundo; ficava eu, então, dentro de mim e da escrita. Escrever sempre foi um jeito de externar a melancolia de uma alma que não consegue juntar tantos fragmentos. (LIMA, 2021, p. 59, 60).

No trecho acima, que consta no posfácio biográfico da obra, Ellen elucida parte dos mistérios do poema e, paralelamente, nos convida a algumas reflexões: a) o poder da literatura como um refúgio onde escritores e escritoras diaspóricos indígenas podem se expressar com alguma segurança e distanciamento, para elaborarem suas próprias histórias, sentimentos e, a partir deles, repercutirem o mundo; b) o uso da palavra “diáspora” como um conceito que parece, ao menos à poeta, adequado para sua própria trajetória de vida; c) o potencial de vulnerabilidade psicológica que um deslocamento tão brutal pode causar não apenas em quem efetivamente o faz, mas nas gerações subseqüentes.

Chamo a atenção, por fim, para uma derradeira particularidade biográfica contida neste trecho: “E nas dúvidas entre Rio, periferia, aldeia e mundo”. Conhecemos a importância do Rio e da periferia, bem como da aldeia, mas agora somos apresentados ao *mundo*: essa me parece ser uma referência a outra migração, felizmente voluntária - a poeta, enquanto escrevia a obra, cursava o doutorado em Modernidades Comparadas, na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Ainda que possivelmente temporária, essa migração agrega uma nova identidade ao conjunto estilizado da poeta, cuja alma “não consegue juntar tantos fragmentos”: a identidade da imigrante brasileira na Europa ibérica, da sul-americana que vai buscar melhores oportunidades na Europa, a terceiro-mundista que disputará espaço num país colonizador, etc. Soma-se a isso, evidentemente, uma questão de gênero, afinal as mulheres brasileiras, ao migrarem para o velho continente, são alvos frequentes dos mais variados preconceitos.

Este curto percurso que fizemos pela poesia de Ellen Lima (onde encontramos traços de pertencimento e não-pertencimento, atravessamentos de

ocidentalização, desejo de retomada, profunda angústia, e tantos outros aspectos que sequer tocamos) é apenas uma singela amostra do potencial que a literatura da diáspora indígena possui e pode nos ofertar, caso a leiamos com respeito e seriedade. Espero que estas palavras, que ambicionam ser apenas um convite à reflexão e um chamado ao tema, inspirem pesquisadores e pesquisadoras, acadêmicos ou não, a voltarem seus olhos, senão para este campo de investigação, ao menos para a excelente literatura produzida por autores e autoras indígenas contemporâneos.

REFERÊNCIAS

AYER, Claudia; VILELA, Elaine; CHAGAS, Wagner; CAMPOS, Marden. “A Migração dos indígenas em Minas Gerais na década de 2000”. In: *Cadernos do Leste*, [S. l.], v. 18, n. 18, 2018. DOI: 10.29327/249218.18.18-6. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13604>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BONNICI, Thomas. “Teoria e crítica pós-colonialistas”. In: ZOLIN, Lucia Osana; BONNICI, Thomas (orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009, p. 223-239.

CASTIGLIONE, Débora. *Indígenas migrantes*. Belo Horizonte: Escola Superior do Ministério Público da União, 2019. 19 slides, color. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-belo-horizonte/indigenas-migrantes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Dados parciais: aumentam as ocorrências de conflitos por terra, resgatados do trabalho escravo e assassinatos em 2022. *Comissão Pastoral da Terra*, Goiânia, 24 out. 2022. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6202-dados-parciais-aumentam-as-ocorrencias-de-conflitos-por-terra-resgatados-do-trabalho-escravo-e-assassinatos-em-2022>>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (org.). *O Brasil Indígena*. Brasília: IBGE, 2023. 8 slides, color. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIMA, Ellen. *Ixé Yagara Voltando Pra ' Y'Kûá*. Cotia: Editora Urutau, 2021.

Principles and Guidelines, supported by practical guidance, on the human rights protection of migrants in vulnerable situations. Gênova: Office Of The United Nations High Commissioner For Human Rights, 2018. 160 slides, color. Disponível em:

<https://migrationnetwork.un.org/resources/principles-and-guidelines-supported-practical-guidance-human-rights-protection-migrants>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. “Pensando a Diáspora Atlântica”. In: *Revista História*, v.37, p. 1-11, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018020>.

Artigo Recebido em: 27 de abril de 2023.

Artigo Aprovado em: 05 de outubro de 2023.